



Editorial

Investir mais e pagar menos

Em julho de 2010, o Sengen-PR organizou em conjunto com a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) o 1º Seminário Nacional de Investimento Público. O evento, realizado em Curitiba, com o apoio do Crea-PR e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), contou com a presença de importantes economistas, como o doutor Carlos Lessa, o Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antônio Henrique Pinheiro Silveira, economistas e técnicos do Ipea e do Dieese, entre outros. No encontro, os especialistas apontaram alguns caminhos e alternativas para o desenvolvimento do país e essa edição de "O Engenheiro" aborda a relação entre o investimento e a dívida pública do país.

Sabemos que desde 1980, o Brasil reduziu gradativamente o seu volume de investimentos públicos. Com as diversas crises que o país atravessou (fiscal, tributária, orçamentária) o estado brasileiro foi minguando, até praticamente se esfacar. O resultado foi um período crítico na história do desenvolvimento do país. Hoje, por exemplo, sofremos com enormes dificuldades no nosso sistema de logística que é praticamente o mesmo de 30 anos atrás. Ao longo desse tempo, as principais cidades brasileiras duplicaram ou triplicaram de tamanho. Em contrapartida, o investimento público foi reduzido drasticamente e assistimos passivamente a ausência do estado na estruturação das cidades. O resultado são os graves problemas de mobilidade, saneamento, enfim, infraestrutura básica que enfrentamos todos os dias.

Outra face dessa falta de investimento e que não é facilmente percebida pela sociedade, foi o desmantelamento quase completo das instituições responsáveis pelo planejamento da nossa infraestrutura. A maioria dessas instituições foram extintas



Valter Fanini

ou tiveram seus quadros reduzidos drasticamente e hoje são incapazes de planejar o país. Os engenheiros, arquitetos e outros profissionais importantes, que pensavam o país, foram demitidos ou absolutamente desvalorizados. Então, no momento que o país retoma um ritmo de investimento público, mesmo que de forma ainda tímida, é fundamental que essas estruturas responsáveis pelo planejamento sejam retomadas, recriadas, pois caso contrário, perderemos uma grande oportunidade de desenvolvimento e jogaremos fora esses recursos.

Por outro lado, nossas taxas de investimento ainda são muito baixas. Enquanto o país investe em infraestrutura apenas 2% do PIB, pagamos aos rentistas quase 7% do PIB. Na nossa visão, é necessário, no mínimo, inverter essa lógica perversa, por meio da melhoria do endividamento público que consome a maioria dos nossos recursos. Somente no ano passado, R\$ 380 bilhões - 36% do Orçamento do país - foram alocados para juros e amortizações. Outro bolo foi destinado à rolagem da dívida. Enquanto isso, foram destinados menos de 3% para educação e menos de 5% para saúde.

Para discutir com mais elementos essa questão, entrevistamos a coordenadora do movimento apartidário Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, que teve participação ativa na CPI da Dívida Pública da Câmara. Segundo Fattorelli, os recursos consumidos pela dívida pública brasileira são os grandes responsáveis pelo sucateamento dos serviços públicos do país, gerando a todos nós uma das mais pesadas cargas tributárias do mundo. Completa o quadro, um artigo de minha autoria que discute a relação entre juros e investimentos públicos e uma análise ilustrada com números e tabela do economista Fabiano Camargo, da subseção do Dieese no Sengen sobre o assunto.

Boa Leitura

SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ SENG-PR

Filiado à **fisenge** Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

Diretor-Presidente
Valter FANINI
Vice-Presidente
Ernesto Galvão Ramos de CARVALHO
Diretor-Secretário
Ulisses KANIAK
Diretor-Secretário Adjunto
Marcos Valério de Freitas ANDERSEN
Diretor Financeiro
Lídio Akio SASAKI
Diretor Financeiro Adjunto
Jorge Irineu DEMÉTRIO

Diretores

ADRIANO Luiz Ceni Riesemberg, Antonio Cezar Quevedo
GOULART, CLODOMIRO Onésimo da Silva, Décio José ZUFFO,
EDISON Samways Junior, ERASMO Felix Benvenuti Filho,
GERALDO Rocha de Barros, GISLENE Lessa, JOÃO GUILHERME
Iansen Baptista, Joel KRUGER, José da Encarnação LEITÃO, Luiz
Antônio CALDANI, MARGIT Hauer, PAULO SIDNEI Carreiro Ferraz,
ROLF Gustavo Meyer, ROSANA Scaramella, SANDRA Cristina
Lins dos Santos, WILSON Uhren

Sede Rua Marechal Deodoro, 630, 22.º andar,
Centro Comercial Itália (CCI), CEP 80010-912
Tel./fax: (41) 3224 7536. senge-pr@senge-pr.org.br

Diretores Regionais

Roberto Menezes MEIRELLES (Campo Mourão)
HÉLIO Sabino Deitos (Cascavel)
ROGÉRIO Diniz Siqueira (Foz do Iguaçu)
ORLEY Jayr Lopes (Francisco Beltrão)
WILSON Sachetini Margal (Londrina)
SAMIR Jorge (Maringá)

Campo Mourão Avenida Capitão Índio Bandeira, 1400,
sala 607, Centro, 87300-000. Tel./fax: (44) 3523 7386.
campomourao@senge-pr.org.br

Cascavel Rua Paraná, 3056, sala 703, Centro, 85801-
000. Tel./fax: (45) 3223 5325.
cascavel@senge-pr.org.br

Foz do Iguaçu Rua Almirante Barroso, 1293,
loja 9, Centro, 85851-010. Tel./fax: (45) 3574 1738.
fozdoiguacu@senge-pr.org.br

Francisco Beltrão Rua Palmas, 1800, loja D, Centro,
85601-650. Tel./fax: (46) 3523 1531.
franciscobeltrao@senge-pr.org.br

Londrina Rua Senador Souza Naves, 282, sala 1001,
Centro, 86010-170. Tel./fax: (43) 3324 4736.
londrina@senge-pr.org.br

Maringá Travessa Guilherme de Almeida, 36, cj.1304,
Centro, 87013-150. Tel./fax: (44) 3227 5150.
maringa@senge-pr.org.br

Pato Branco Av. Tupi, 2715, Galeria Itacolomi, sala 6,
Centro, 85505-000. Tel./fax: (46) 3025 3234.
patobranco@senge-pr.org.br



Publicação bimestral do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná

Editor responsável Felipe A. Pasqualini (Reg. Prof. 3.804 PR)

Ilustrações e diagramação Alessandro Teixeira Ribeiro

Fale conosco comunica@senge-pr.org.br

Artigos assinados são de responsabilidade dos autores. O Sengen-PR permite a reprodução do conteúdo deste jornal, desde que a fonte seja citada.

Fotolitos/impressão Reproset **Tiragem** 12 mil exemplares



▣ Artigo

Binômio juros x investimentos públicos

O diretor presidente do Senge-PR, engenheiro civil **Valter Fanini**, analisa a cruel relação entre os exorbitantes gastos com a dívida pública e os irrisórios valores de investimento público, que geram graves problemas de infraestrutura básica para a sociedade brasileira

É bastante comum ouvirmos de articulistas econômicos da grande imprensa e comentaristas de temas econômicos que é preciso aumentar os investimentos e para isto é preciso reduzir os gastos públicos ao mesmo que clamam pela redução da carga tributária.

Quero dizer que concordamos com tudo isto, ou seja, a curto prazo é necessário aumentarmos os investimentos públicos em infraestrutura e, para isto, é necessário reduzir os gastos públicos ao mesmo tempo que precisamos fazer uma reforma tributária para desonerarmos os preços finais de tudo o que consumimos.

O Senge-PR tem sido uma das vozes que junto com tantas outras tem debatido o tema dos investimentos públicos como condição imperiosa para a sustentação do processo de crescimento econômico que acabamos de inaugurar depois de um longo período de estagnação que levou milhões de brasileiros para fora do mercado de trabalho e do consumo.

Se não retomarmos um processo de investimento nas infraestruturas para darmos sustentação ao movimento de cargas e pessoas tanto no meio rural quanto nas cidades, logo chegaremos ao limite do nosso crescimento, agora não pela impossibilidade de acessarmos recursos financeiros, como em nosso passado recente, mas porque teremos esgotados todas as possibilidades de nos movermos nas cidades e de deslocarmos aquilo que produzimos.

No entanto, se fazemos coro com tantos outros segmentos da sociedade civil de que precisamos reduzir os gastos governamentais para ampliarmos o investimento públicos, não nos alinhamos

ao que a maioria indica como caminho para fazê-lo.

Discordamos frontalmente quando indicam o caminho da redução dos gastos públicos pela redução dos gastos em

“ O Brasil paga as mais altas taxas de juros do mundo por seus títulos de dívida, desde a implantação do Plano Real somos os campeões mundiais em transferência de recursos públicos para as camadas mais abastadas da população e para bancos nacionais e estrangeiros. Nos últimos 15 anos transferimos em valores nominais sem correção o montante de R\$ 1,6 trilhões em juros a dívida pública mobiliária federal ”

educação, saúde, segurança, redução da transferência de renda através de programas como o Bolsa Família ou redução do número de funcionários

públicos, porque se compararmos com gastos desta natureza feitos por qualquer país desenvolvido veremos que são muitos superiores aos nossos, até mesmo quando comparamos com países com o mesmo nível econômico que o nosso.

Então como resolver o problema, como reduzir os gastos públicos e aumentar os investimentos?

A curto prazo só tem um caminho, a redução dos custos com a dívida pública através da redução dos juros da dívida mobiliária federal que são os títulos públicos na mão de banqueiros e da população mais rica do país.

O Brasil paga as mais altas taxas de juros do mundo por seus títulos de dívida desde a implantação do Plano Real, somos os campeões mundiais em transferência de recursos públicos para as camadas mais abastadas da população e para bancos nacionais e estrangeiros.

Nos últimos 15 anos transferimos em valores nominais, sem correção, o montante de R\$ 1,6 trilhões em juros da dívida pública mobiliária federal.

Na leitura de orçamento federal vemos que nos últimos 15 anos somente nos anos de 1996 e 1997, em dois anos portanto, o governo federal gastou mais do que arrecadou, em todos os demais anos obteve superávit primário, mas quando colocamos a conta dos juros da dívida pública no orçamento tivemos déficit todos os anos. Nos últimos 15 anos o governo federal gastou menos do que arrecadou, ou seja, teve superávit primários que somados chegam ao valor de R\$ 706 bilhões para pagar os juros da dívida pública, mesmo assim, a dívida cresceu de R\$ 108 milhões em 1995 para R\$1,5 trilhão em >>



>>julho de 2010, porque ano a ano os juros foram maiores do que o valor economizado.

Alguns dirão sem muita reflexão, que se baixarmos os juros teremos a retomada do processo inflacionário. Ora os manuais de macroeconomia nos dirão que existem inúmeros outros instrumentos de política monetária e de política fiscal que combinados podem desempenhar muito melhor o papel que os juros vem desempenhando até o momento. Então por que não o fazemos? Porque a política econômica do governo federal tem sido o resultado da visão e do interesse de dois grupos que se antagonizam em seu interior.

Um deles que tem o ministro da fazenda como a figura de maior projeção e que tem ao seu lado os empresários e trabalhadores e que é responsável pela política fiscal do governo, que opera um conjunto de instrumentos de política econômica francamente expansionista, ou seja, que funciona como um acelerador da economia, operando mecanismos que influenciam o crescimento tanto da demanda de bens como de sua oferta.

Por outro lado temos o Banco Central, que na figura de seu presidente representa os sistemas financeiros nacional e internacional operando uma política monetária francamente contracionista, ou seja, que inibe o consumo e a oferta de bens, porque inibe tanto o crédito ao consumidor quanto o investimento empresarial.

O que concluímos com tudo isto é que não serão engenheiros e nem economistas que colocarão o país numa rota de crescimento econômico sustentável à longo prazo, mas sim a decisão política dos novos governantes em colocarem na área econômica do governo.

Pessoas comprometidas com a sociedade brasileira e não historicamente vinculadas ao rentismo financeiro que nada produz, mesmo porque o Brasil não está mais rendido ao sistema financeiro nacional e internacional como no início do Governo Lula.

A decisão de quem será o próximo presidente do Banco Central e de como será operado o regime de metas de inflação dirá qual o rumo que o Brasil tomará nas próximas décadas.

Vamos torcer pelas escolhas certas ou torcer para que o resultado do jogo de poder entre os grupos de interesses que hoje governam o país nos seja favorável.



Economista Carlos Lessa, palestrante do Seminário de Investimento Público, realizado pelo Senge-PR

□ Artigo

Entraves aos investimentos públicos no Brasil

O economista **Fabiano Camargo**, da subseção do Dieese no Senge-PR, analisa o histórico do investimento público no Brasil e ressalta que os gastos com juros da dívida pública são o principal entrave para a retomada do desenvolvimento do país



O Brasil foi um dos países que destinaram elevados recursos públicos para investimentos durante o século XX. O Estado brasileiro promoveu no

período de 1930 a 1980 — especialmente da década de 50 até o final dos anos 70 — políticas de fomento ao investimento e atuou diretamente na realização de investimentos públicos. Dessa forma, os investimentos estatais influíram significativamente no crescimento do país no período. Não foi por acaso que, nesse período, o Brasil apresentou as maiores taxas de crescimento econômico de sua história, culminando com o período cha-

mado “milagre econômico” brasileiro (1968-1973), quando o Produto Interno Bruto (PIB) apresentou crescimento médio anual de 11%. Nesta época os percentuais de investimento público sobre o PIB giravam em torno de 5%.

Porém, a partir do início de 1980 e até o fim do século XX, o papel do estado como planejador e interventor econômico foi abandonado em função das crises do petróleo, endividamento do estado brasileiro e da influência da doutrina neoliberal. As políticas de estado mínimo fizeram que a economia do Brasil ficasse praticamente estagnada durante este período, eliminando milhares de postos de trabalho e prejudicando o desenvolvimento do país.

A partir de 2004, com a retomada do crescimento econômico e com maior participação do estado na economia, nota-se uma preocupação do estado com os

investimentos, sejam por meio próprio seja por meio de suas estatais. Seguindo esta nova tendência na formulação da política econômica, foi lançado em 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), que sinalizou a retomada de uma ação governamental planejada com vistas a devolver ao Estado a capacidade de orientar o crescimento econômico do País, pelo incremento da taxa de investimentos públicos e privados em áreas consideradas estratégicas. Vale destacar, que os investimentos públicos tem crescido de modo significativo no país recentemente, porém, os níveis alcançados ainda são baixos se compararmos com os níveis obtidos pelo Brasil no século passado e também com os níveis apresentados por países emergentes atualmente, como China, Malásia e Índia.

Um dos principais entraves ao investimento público são os gastos com >>

Alexsandro Teixeira Ribeiro



Em 2009, apenas 0,9% do orçamento da União foram investidos em transporte e urbanismo



>> juros da dívida pública. Todos os anos, o Brasil realiza um enorme esforço fiscal para pagamento de encargos financeiros e assim, tenta promover a redução da sua dívida. A esse esforço dá-se o nome de superávit primário. Anualmente, são estabelecidas metas para o superávit primário em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2009, por exemplo, a meta inicial era de 3,3% do PIB, posteriormente fixada em 2,5%. O governo fez uma economia de R\$ 64,5 bilhões, ou 2,06% do PIB, para pagar os credores da dívida pública. Observamos porém que os gastos com os juros da dívida em 2009 somaram R\$ 169 bilhões (ou 5,4% do PIB), concluimos que a conta não fecha. Faltam ainda R\$ 104,6 bilhões (3,34% do PIB) para chegarmos ao que foi pago em juros. Tal diferença entre o que foi economizado, o superávit primário, e o que foi gasto com os juros é contabilizada como déficit nominal. E o déficit nominal é incorporado ao montante total da dívida pública brasileira. Em julho deste ano, a dívida líquida do setor público atingiu R\$ 1,406 trilhão.

Comparativamente entre 1995 e 2009, o país, comprometeu em média 6,59% do seu PIB para o pagamento de juros da dívida, por outro lado, neste mesmo período a média de investimento da administração pública (união, estados e municípios) ficou em 1,96% do PIB, se considerarmos a taxa de investimento do setor público (administração

pública mais estatais federais) chegaremos a um percentual de 3,16%. Como pode ser observado por meio da tabela abaixo.

Portanto, em todos os anos analisados, o país tem gasto mais recursos com credores financeiros do que com investimentos públicos. Entre 1995 e 2009, o total

“ Os investimentos públicos tem crescido no Brasil, porém, os níveis alcançados ainda são baixos se compararmos com os investimentos de países como China, Malásia e Índia ”

gastos em juros em valores correntes foi de R\$ 1,653 trilhão, enquanto o investimento da administração pública e do setor público, somaram R\$ 504 bilhões e R\$ 816 bilhões, respectivamente. A gestão da política econômica do país, tem sido pautada pela elevação das taxas de juros com a finalidade de controlar a inflação. Porém, a taxa de juros incide sobre o estoque da dívida pública, logo, elevando a dívida e seus encargos. Para controlar a dívida, o governo se propõe a gerar cada vez maiores superávits primários para arcar com esses débitos. Deste modo, sacrificando gastos sociais

e também os investimentos públicos, drenando recursos da sociedade para os credores da dívida, contribuindo desta forma, para manutenção do problema da concentração da renda e da riqueza no país.

Para os próximos anos o cenário dos investimentos públicos no Brasil tende a ser promissor com os investimentos do PAC-1, PAC-2, Programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, estão previstos para ocorrer no país os dois maiores eventos esportivos mundiais, a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016, que demandarão investimentos em diversas obras de infraestrutura, como estádios, transporte, saneamento, etc.

Porém, o modelo econômico brasileiro ainda centrado em elevadas taxas de juros para controle da inflação, tem dificultando a realização de investimentos tanto públicos quanto privados. Assim, uma das formas de destinar mais recursos públicos para investimentos e também para áreas essenciais como saúde e educação (e também reduzir o endividamento público e seus encargos), seria a redução da taxa de juros básica da economia (uma das mais altas do mundo), conseqüentemente, com mais recursos, o Estado poderia alocar mais recursos em investimentos e também para área social, o resultado, seria uma melhoria significativa na condição social e econômica do país, contribuindo desta maneira para construção de uma nação mais justa e igualitária.

Gastos com juros nominais, investimento da administração pública, investimento do setor público, em valores correntes e em % do PIB - 1995 a 2009 (em milhões de R\$)

Período	Juros nominais		Invest. Adm. Pública		Invest. Setor Público (inclui Estatais)	
	Em Reais	Em % do PIB	Em Reais	Em % do PIB	Em Reais	Em % do PIB
1995	47.920	6,79	14.486	2,05	25.932	3,67
1996	44.229	5,24	18.357	2,18	30.695	3,64
1997	43.317	4,61	17.990	1,92	32.165	3,42
1998	68.335	6,98	23.572	2,41	36.695	3,75
1999	87.372	8,20	16.552	1,55	24.918	2,34
2000	77.963	6,61	20.264	1,72	29.547	2,51
2001	86.802	6,67	24.525	1,88	35.737	2,74
2002	112.774	7,63	32.918	2,23	49.509	3,35
2003	144.056	8,47	26.263	1,54	44.928	2,64
2004	127.972	6,59	31.774	1,64	51.468	2,65
2005	157.031	7,31	35.660	1,66	57.487	2,68
2006	160.718	6,78	46.834	1,98	70.205	2,96
2007	161.222	6,06	48.692	1,83	77.817	2,92
2008	163.660	5,45	68.942	2,29	111.579	3,71
2009	169.139	5,38	77.592	2,47	137.433	4,37
Média (95 a 09)	110.167	6,59	33.628	1,96	54.408	3,16
Total (95 a 09)	1.652.510		504.421		816.115	

Fonte: Ipea Elaboração: Dieese/Subseção Senge-PR

□ Entrevista

“Já não aguentamos pagar essa conta”

Em entrevista exclusiva a “O Engenheiro”, a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, **Maria Lucia Fattorelli**, fala sobre a dívida pública brasileira, principal responsável pelo sucateamento dos serviços públicos do país e gera aos brasileiros uma das mais pesadas cargas tributárias do mundo.

Desde 2001, Maria Lucia Fattorelli coordena os trabalhos da Auditoria Cidadã da Dívida, movimento apartidário, independente, e aberto à participação de todos os cidadãos que se incomodam com as injustiças provocadas pelo processo de endividamento brasileiro e que exigem o cumprimento da Constituição Federal de 1988. A Auditoria Cidadã é um dos resultados do Plebiscito da Dívida Externa, realizado no Brasil em setembro de 2000 pela Campanha Jubileu Sul. Na ocasião, mais de 6 milhões de brasileiros, se manifestaram contra a manutenção do acordo com o FMI, à continuidade do pagamento da dívida externa sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal e à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores internacionais.

Como o Congresso Nacional não a convoca a auditoria oficial, como determinou a Constituição Federal de 1988, um grupo de entidades se organizou para promover uma auditoria que se denomina cidadã, pelo fato de estar sendo realizada por cidadãos e para os cidadãos. Ao longo desse anos, a Auditoria Cidadã tem acessado documentos e realizado estudos, para resgatar o processo histórico do endividamento e apontar suas causas. Ao mesmo tempo, acompanha o comportamento do endividamento brasileiro e seus mecanismos na atualidade. O resultado do trabalho é divulgado por meio de publicações didáticas, tais como boletins, cartilhas, vídeo e livro, além do sítio na internet (www.divida-auditoriacidada.org.br). A Auditoria Cidadã também participou ativamente da Comissão para a Auditoria Integral da Dívida do Equador



Marcelo Brandt

Maria Lucia Fattorelli

realizada em 2007 e 2008 e da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados (2008/2009). Graduada em Administração e Ciências Contábeis, Fattorelli tem MBA em Administração Tributária pela Fundação Getúlio Vargas e foi a organizadora do livro “Auditoria da Dívida: Uma Questão de Soberania”, publicado pela Editora Contraponto em 2003. Também foi Membro da Comissão de Auditoria Oficial da Dívida Pública Equatoriana e Assessora Técnica da CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados no período de outubro/2009 a abril/2010.

Leia a entrevista.

Senge-PR - Desde que o movimento Auditoria Cidadã foi criado, com o objetivo de dissecar o processo de endividamento do Brasil, vocês tem acessado documentos e realizado estudos, para resgatar o processo histórico do endividamento, apontar suas causas e sugerir ações no sentido de reduzir o montante das dívidas interna e externa. Infelizmente, apesar da União destinar quase 35% do orçamento para o pagamento de juros e amortizações da dívida, em sacrifício a outras áreas como saúde e educação, nossa dívida não para de crescer. Até quando o país aguenta pagar essa conta?

Fattorelli - Há muitas décadas já não aguentamos pagar essa conta. A dívida tem sido paga à custa do sacrifício geral do povo brasileiro e do patrimônio nacional. O endividamento público é um dos principais responsáveis pelo fato de o Brasil – 8ª economia mundial – estar na 78ª posição em termos de respeito aos direitos >>

>> humanos, segundo o relatório da ONU que mede o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Também somos um dos países mais injustos do mundo, pois temos o 8º pior Coeficiente de Gini, (que mede a desigualdade da distribuição de renda). Apesar das falaciosas propagandas eleitorais recentemente veiculadas, mais da metade dos brasileiros sequer possui vaso sanitário em casa e os serviços públicos de saúde, educação, segurança e transporte, entre outros, tem se mostrado insuficientes e até degradantes, apesar de arcarmos com uma das mais pesadas cargas tributárias do mundo.

O patrimônio nacional também tem sido extremamente afetado pelo endividamento público. A privatização de 70% das empresas estatais estratégicas e lucrativas desde a década de 90 teve como justificativa o pagamento da dívida pública. O lucro das estatais remanescentes é obrigatoriamente destinado ao pagamento da dívida, por lei. Acabamos de constatar que poços do pré-sal são entregues para

pagar dívida pública, o que é extremamente grave e lesivo aos interesses nacionais.

Em 2009, R\$ 380 bilhões foram destinados, pela União, para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública, ou seja, mais de um bilhão por dia! Ao mesmo tempo, várias ações urgentes e necessárias deixaram de ser realizadas por falta de recursos. Esses são apenas alguns exemplos para ilustrar o fato de que é preciso rever esse processo, principalmente devido à constatação de que essa dívida é fruto de sucessivos mecanismos financeiros e da incidência de juros sobre juros, sem a devida contrapartida em bens e serviços. Essa dívida sem justificativa efetiva que tem custado muito caro à nação, conforme comprovamos em estudos realizados pela Auditoria Cidadã há dez anos, respaldados em documentos acessados pela recente Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados.

A dívida externa já supera US\$ 300 bilhões e a dívida interna ultrapassou a casa

dos R\$ 2 trilhões e não para de crescer. A “capitalização” da Petrobras significou mais um aumento brutal da dívida interna, que paga os juros mais elevados do mundo.

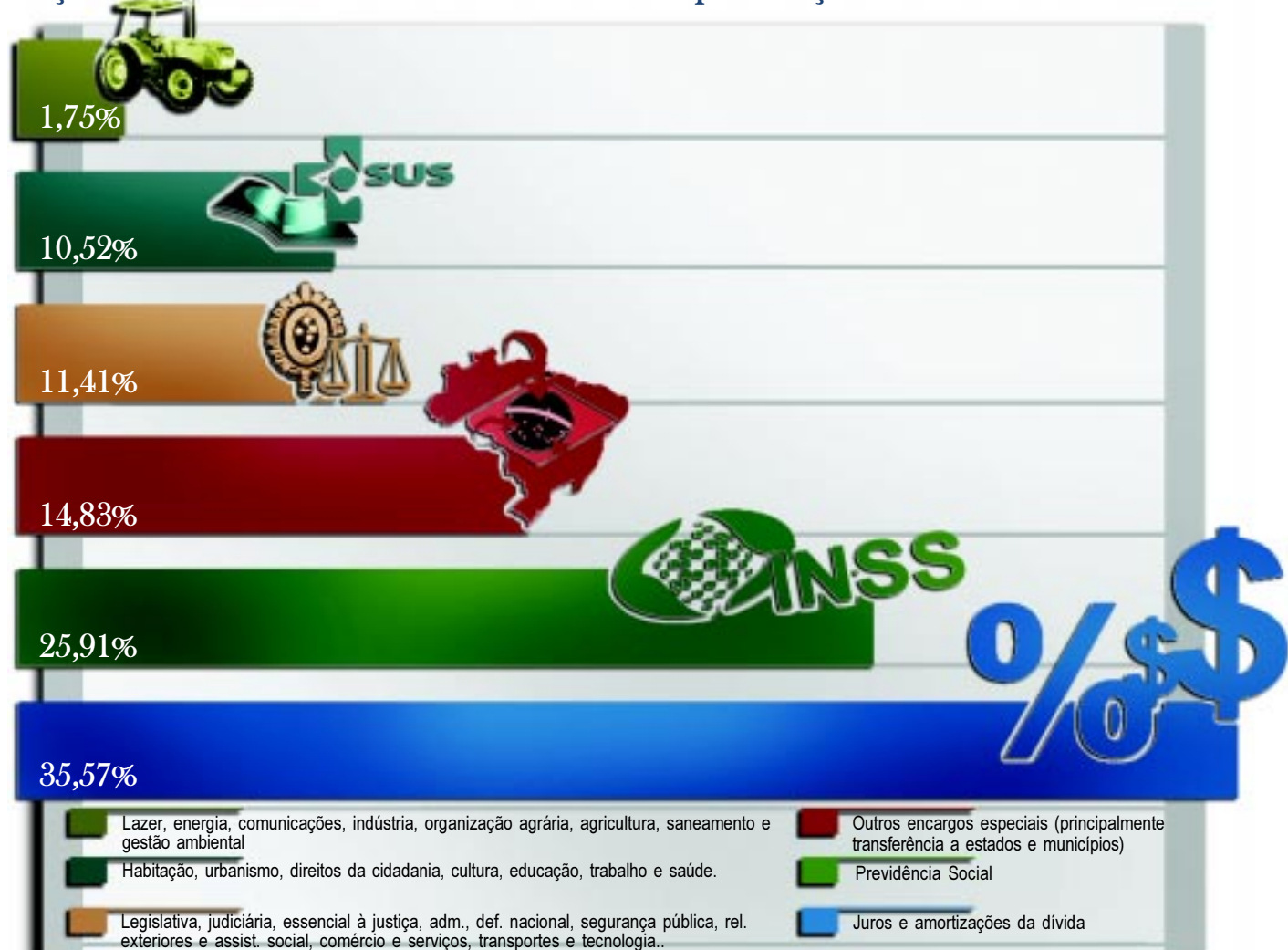
O gasto com o endividamento superou várias vezes os recursos destinados a áreas essenciais para garantir os direitos humanos e sociais do povo brasileiro, tais como saúde, educação, reforma agrária, meio ambiente, segurança, saneamento e muitas outras (confira gráfico)

Observe-se que o gráfico não computou a chamada “rolagem” da dívida, ou “refinanciamento”, que significa o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos. Se considerarmos a rolagem, os gastos com o endividamento saltam para cerca de 48% de tudo o que foi gasto durante o ano!

Diante disso, é urgente a realização de uma completa auditoria da dívida pública.

Senge-PR - Em 2009, foi criada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a dívida pública da União, estados e municípios. Diversos especialistas

Orçamento e destino de recursos da União por função em 2009



Fonte: Siafi - Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida - Não inclui o “refinanciamento”



prestaram depoimentos e mostraram indícios de ilegalidades no processo de endividamento do país. Porém, o relatório final não foi encaminhado ao Ministério Público Federal, pois de acordo com o relator da CPI, deputado Pedro Novais (PMDB/MA), não foram encontrados durante os trabalhos da CPI “documentos ou informações que indiquem responsáveis civis ou criminais”. Como a senhora avalia o trabalho dessa CPI?

Fattorelli - Apesar de condições políticas extremamente desfavoráveis, a CPI da Dívida Pública foi instalada em agosto de 2009, graças ao empenho do deputado Ivan Valente (PSOL/SP) e de diversas entidades da Sociedade Civil. Essa CPI teve o mérito de reinserir o tema do endividamento público no debate político, pois suas sessões semanais contaram com a participação de especialistas e foram transmitidas pela internet e pela TV Câmara. A CPI também permitiu acesso a importantes documentos históricos que não eram conhecidos e possibilitou grande mobilização social em torno do tema, pois importantes entidades compareceram aos debates, exercendo pressão junto ao Legislativo.

É importante assinalar que o Relatório Final da CPI, elaborado pelo dep. Pedro Novais, reconheceu diversas denúncias feitas pela Auditoria Cidadã da Dívida, tais como a ausência de transparência na divulgação dos números da dívida e na contabilização dos juros; ausência do devido acompanhamento pelo TCU; prática de juros “não-civilizados”; a dívida é produto fundamentalmente de juros sobre juros, ou seja, não teve a necessária contrapartida em termos de investimentos sociais e econômicos; a dívida interna – que paga os juros mais altos do mundo – tem crescido nos últimos anos para financiar a compra de dólares das reservas internacionais, que são aplicadas em títulos do Tesouro dos EUA e não rendem quase nada, gerando grande ônus para as contas públicas; o Senado Federal renunciou à sua competência, permitindo emissões de títulos sem especificar suas características; entre outros pontos.

Tal relatório contém flagrante incongruência, pois apesar do grave diagnóstico, conclui não ter encontrado irregularidades no endividamento, deixando de recomendar a realização da auditoria e o envio das descobertas ao Ministério Público. Isto decorreu das condições políticas vigentes no Congresso, onde a maioria dos representantes pertence aos governos de Lula e FHC, nos quais a política de endividamento foi essencialmente a

mesma, inexistindo, portanto, interesse em apontar culpados.

Face à pressão da sociedade, representada por entidades assíduas às sessões da CPI e em gabinetes de seus membros, somente 1/3 dos 24 membros da CPI votaram a favor do Relatório de Novais, que foi aprovado pela apertada margem de 8 votos a 5. Adicionalmente, foi apresentado o Voto em Separado (Relatório Alternativo) pelo Deputado Ivan Valente (PSOL/SP) que considerou relevantes contribuições da Sociedade Civil, que requer o aprofundamento das investigações, bem como a completa auditoria da dívida. O voto em separado também contou com 8 assinaturas de parlamentares, ou seja, teve o mesmo peso político do Relatório oficial. O voto em separado foi entregue ao Ministério Público para o aprofundamento das investigações e elaboração de ações jurídicas a serem enviadas à Justiça. Portanto, a CPI foi um passo muito importante e agora depende da atuação do MP para que as investigações sejam aprofundadas e que os responsáveis por atos danosos ao patrimônio público e aos direitos humanos sejam processados judicialmente.

Senge-PR - *Porque a dívida pública brasileira ainda não foi auditada, como prevê a Constituição Federal Brasileira?*

Fattorelli - Esta pergunta é muito importante e deveria ser formulada por todos os brasileiros aos dirigentes políticos do país desde 1988. Justamente o não cumprimento da Constituição foi o fator que instigou a criação da Auditoria Cidadã da Dívida, após a relevante participação de mais de seis milhões de brasileiros no Plebiscito da Dívida realizado no ano 2000.

O endividamento público é, em tese, uma forma legítima de financiamento do Estado, porém, no Brasil e em diversos países do Sul, o endividamento tem sido um mecanismo que historicamente não tem servido para financiar o Estado, mas sim uma contínua sangria de recursos públicos que foram desviados para o setor financeiro privado, prejudicando toda atividade produtiva, inibindo a economia real em favor da especulação.

Infelizmente, o país se encontra a serviço dos grandes especuladores que não tem interesse em jogar luz sobre esse processo espúrio que lhes rende elevadíssimos ganhos. Os lucros dos bancos superam os bilhões e crescem exponencialmente. Cabe aos que estão pagando a conta reivindicar a realização da

auditoria e o respeito à nossa Constituição.

Senge-PR - *Seria possível o Brasil seguir o exemplo do Equador, que por decisão do Presidente Rafael Correa, embaixado pelas autoridades jurídicas do país, suspendeu o pagamento dos juros dos bônus da dívida externa?*

Fattorelli - O Equador, um país bem menor que o Brasil em termos econômicos, mostrou sua superioridade como Nação que prioriza os direitos humanos de sua gente e enfrenta os detentores de dívida ilegal. Após a suspensão do pagamento dos juros dos títulos da dívida externa (Global 2012 e 2030), respaldado no relatório da auditoria e avaliações jurídicas, o Presidente Correa obteve uma anulação de 70% dessa dívida, com a concordância dos credores. Este é um precedente histórico que prova a força do instrumento da auditoria e mostra a real possibilidade de questionarmos a dívida de forma soberana. O alívio dos juros permitiu que os investimentos em saúde e educação se multiplicassem por 4 em 2009; estradas e outros investimentos estão sendo realizados e não se viu qualquer represália ou “isolamento” do Equador.

Evidentemente, tal atitude poderia ser seguida no Brasil, tendo em vista os inúmeros e graves indícios de ilegalidades e ilegitimidades levantados pela CPI e documentalmente respaldados. Aqui faltam vontade política e cobrança social. Nesse ponto estamos muito atrasados, principalmente devido à desinformação em relação ao tema.

Se o Brasil seguisse o exemplo equatoriano e anulasse 70% dos títulos da dívida, o país teria mais de R\$ 200 bilhões adicionais por ano, que poderiam ser destinados à garantia de emprego e investimentos reais. Ao invés disso, ao mesmo tempo em que o Equador obtinha a anulação de 70% de sua dívida externa em títulos, o Brasil resgatava antecipadamente títulos de sua dívida externa pagando ágio que chegou a superar o percentual de 50% em algumas operações, além de realizar transações inaceitáveis que promoveram a troca de dólares (moeda em queda) sem limites por títulos da dívida interna que pagam os maiores juros do mundo.

A modificação desse lamentável estado de coisas dependerá de crescente envolvimento social, o que se viabilizará a partir de atitudes de entidades respeitáveis, como o SENGE, que estão debatendo o tema e propiciando a mobilização.

▣ Investimento Público

Senge-PR realiza evento que discute investimento público

Evento nacional, realizado em Curitiba pelo **Senge-PR, Fisenge e Dieese**, reuniu especialistas e destacou a importância da retomada de investimentos públicos na área de infraestrutura para o país continuar seguindo seu ritmo de crescimento e contribuir para a redução da desigualdade social.

No dia 9 de julho, foi realizado em Curitiba, o seminário nacional “Investimento Público: análise e perspectiva”. O evento, organizado pela Fisenge, Senge-PR e Dieese, com apoio do Crea-PR e do Ipea, contou com a participação de aproximadamente 200 pessoas, entre profissionais da engenharia, estudantes, sindicalistas, entre outros.

O seminário teve palestras do ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa, do mestre em economia e técnico do Ipea,

Sérgio Wulf Gobetti, da diretora-adjunta de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, Denise Gentil, do Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Antonio Henrique Silveira e do Diretor do Departamento de Empresas Estatais, Sérgio Francisco da Silva.

O Diretor Presidente do Senge-PR, engenheiro civil Valter Fanini, destacou a importância da realização do seminário. “Refletimos e debatemos sobre temas de extrema importância para o futuro de nosso

país, pois os investimentos públicos são fundamentais para a criação das infraestruturas que sustentam a economia real, colaboram com o desenvolvimento do país, geram empregos e conseqüentemente, melhoram as condições de vida da população. Nossas cidades vivem um verdadeiro caos em itens como saneamento básico e mobilidade porque não temos políticas de investimentos urbanos há quase 25 anos no Brasil”, destacou Fanini.



Seminário discutiu a importância dos investimentos públicos



“Nós temos que entender que as questões de estado não são apenas questões de governo. A sociedade é dona do estado e não pode ficar de costas para aos interesses que são dela”

Valter Fanini – Presidente do Senge-PR



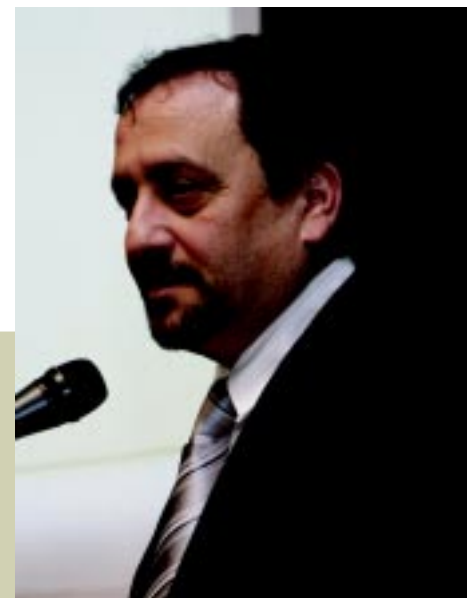
“Eu acho que o Brasil é o país mais viável do planeta. Não é só pelos recursos naturais em que realmente que a mão de Deus foi generosa. Nós temos um povo formidável, deslumbrante. Mas é evidente que para fazer com que o país explicita a civilização brasileira ,é necessário justiça social”

Carlos Lessa – professor da UFRJ e ex-presidente da BNDES



“Procuramos discutir com os engenheiros e entidades ligadas a engenharia a importância dos investimentos públicos no país. Em breve, teremos Copa e Olimpíadas no País, além de outras obras fundamentais de infraestrutura, o que fortalece o papel da engenharia nesse contexto”

Carlos Roberto Bittencourt - Presidente da Fisenge



“Observamos nos últimos anos uma mudança na política das estatais brasileiras, como por exemplo, a Caixa e o Banco do Brasil, que ficaram a beira de um processo de privatização e hoje são os grandes indutores do crescimento econômico e os principais agentes financeiros do país”

Sérgio Francisco da Silva - Departamento de Empresas Estatais



“O Brasil precisa ampliar o gasto público com a área social, pois esse gasto se mostrou muito eficiente para alavancar a economia e o mercado interno, aumentar os investimentos em infraestrutura distribuir renda e aumentar os gastos em habitação, energia, transporte urbano que são muito importantes para distribuir renda”

Denise Gentil – Ipea



“O investimento público, por ser feito pelo estado não se baliza pela busca do lucro. A importância de termos um investimento público elevado, permanente, é que em períodos de crise econômica, como o que vivemos recentemente o conjunto dos investimentos do país não caíam porque a perspectiva de lucro caiu”

Sérgio Gobetti – Ipea



Opinião

Democracia, Estado e eleição

O engenheiro electricista e ex-presidente do Senge-PR, **Luiz Carlos Correa Soares**, faz uma análise crítica da crescente degeneração dos processos eleitorais e nos coloca um questionamento cruel: para que servem, mesmo, alguns tipos de eleição?



De modo óbvio começamos pelo princípio, ou seja, alguns fundamentos. Democracia, de forma etimológica, sintética e popular significa “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Em Convite à Filosofia, Marilena Chaui ensina que, “a sociedade democrática é aquela que não esconde suas divisões, mas procura trabalhá-las pelas instituições e pelas leis. Todavia, no capitalismo, são imensos os obstáculos à democracia, pois o conflito dos interesses é posto pela exploração de uma classe social por outra, mesmo que a ideologia afirme que todos são livres e iguais”.

De minha parte, afirmo se tratar de um sistema que seria vital – atenção no futuro do pretérito! - para as relações sistêmicas de uma sociedade. Todavia, foi deturpado pela degenerescência das relações entre Estado, capital e sociedade, está inserido num meio sistêmico em degradação e foi profundamente afetado por ele. Ou seja, em termos ideais e também práticos, é absoluta a incompatibilidade entre capitalismo e democracia.

Estado é um sistema constituído por três elementos organizativos, também sistêmicos: a organização da população, do território e do governo. Este, por incorporar a prerrogativa de autoridade capaz de administrar a sociedade e o território, é normalmente confundido com o Estado. Porém, Estado e governo não são sinônimos, dado que este está contido naquele.

A sua definição filosófica tem desafiado os pensadores em muitos momentos da história do Estado, mas pode ser sintetizada como sendo formas organizativas encontradas para constituir o agente civilizador e ordenador das relações de convivência política das sociedades. O Estado de direito foi o modelo mais acabado que se pensou conceber em direção ao

cumprimento desse objetivo. A História, entretanto, tem demonstrado que essa perspectiva não se realizou, tendo sido impedida pelos interesses do capital e das classes dominantes. As razões para tal são muitas e sua análise não cabe neste simples artigo. De qualquer modo, porém, é perfeitamente visível que o Brasil também se insere de modo perfeito nessa fotografia.

No sentido político, o fenômeno da alienação faz com que as pessoas não se reconheçam como atores principais da cena sociopolítica e aceitem passivamente o que lhe é apresentado ou imposto como natural e lógico. Por outro lado, o senso comum é um saber informal, muito simples e superficial, obtido de uma forma natural através do contato cotidiano entre as pessoas, bem como com as situações e os objetos que nos cercam. É composto pelos hábitos, costumes, práticas, tradições e regras naturais de conduta que são comuns numa sociedade. A conjunção desses dois fenômenos muitas vezes conduz a um terceiro: a confusão entre aparência e realidade e/ou a percepção inversa de causa e efeito.

No tema aqui proposto, a eleição junta e mistura todos esses ingredientes e mais alguns temperos, numa só panela. O processo eleitoral tem como finalidade maior a escolha dos executantes dos mecanismos de ação do Estado, como o instrumento básico para o exercício da democracia. Certo? Errado, porque não pode haver instrumento, perfeito ou imperfeito, que consiga exercitar algo que não existe, na prática.

As razões, as condições e as circunstâncias pelas quais chega-se a esse ponto estão diretamente implícitas nos fundamentos acima. E suponho que tal percepção, grosso modo, seja nítida e óbvia desde que queiramos ver, não apenas olhar, a realidade que se nos apresenta.

Entretanto, admito que deve ser difícil compreender os reais modos e mecanismos usados para os processos de mistificação, mitificação, alienação e engodo quanto às atitudes e às ações econômicas, políticas e

ideológicas de “gerenciamento” do Estado e de “exercício” da democracia. A compreensão fica ainda mais complicada caso adicionemos a amplitude, a intensidade e a eficácia dos principais mecanismos midiáticos, os quais estão sempre atrelados a interesses explícitos ou implícitos dos centros de poder, de quaisquer naturezas.

Contudo, a cada dia se torna mais nítida e visível a crescente degeneração dos processos eleitorais. De uma forma metafórica, me ocorre tomar como referência processos que eram usuais há séculos ou milênios, quando imperadores-deuses detinham o poder de transferir o comando dos seus impérios diretamente aos descendentes. Ou quando círculos de poder, restritos e fechados, decidiam a respeito de delfins ou acordos por casamentos de pura e estrita conveniência. Todavia, sou obrigado a reconhecer que aquelas ausências totais de democracia – ainda nem existia o termo - tinham duas vantagens, pelo menos, em relação à atualidade: a de gastar bem menos recursos monetários no processo e de não enganar o povo... Neste sentido, hoje simples processos de “nomeação” ficariam imensamente mais baratos e produziram o mesmo efeito! Isso, no mundo todo! Como fecho, restam alguns questionamentos, tão cruciais quanto cruéis. Exemplos: para que servem, mesmo, alguns tipos de eleição? Como as sociedades, que anseiam por democracia e são portadoras de reais vocações democráticas, devem proceder? O que realmente se deve e pode fazer para mudar os processos degenerescentes vigentes?

Como se percebe, são questões muito singelas e óbvias ao contrário das respostas que se busca. Para propor soluções objetivas, passo a palavra aos “iluminados analistas e cientistas” políticos, econômicos e sociais, alguns autodenominados como tal, que ocupam – quase ia dizendo poluem... – os nossos sistemas de comunicação e informação.

lccsoares@uol.com.br
www.lukasocar.com

▣ Cidadania

Senge participa da campanha “O Paraná que Queremos”

“**Barraca da Cidadania**”, instalada no calçadão da Rua XV de Novembro em Curitiba, ajudou a mobilizar a população paranaense contra as irregularidades da Assembleia Legislativa do Paraná. Ao todo, mais de 3 mil assinaturas foram recolhidas

Para dar mais força ao movimento “O Paraná que Queremos”, criado com o objetivo de dar mais visibilidade às irregularidades da Assembleia Legislativa denunciadas pelo jornal Gazeta do Povo e pela RPC TV na série de reportagens “Diários Secretos”, o Senge-PR com o apoio de outros três sindicatos de trabalhadores se uniram para arrecadar assinaturas e mobilizar a população paranaense. A ação foi realizada durante mais de um mês pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge-PR), Sindicato dos Administradores do Paraná (Sinaep), Sindicato dos Economistas do Paraná (Sindecon-PR) e Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná (Sindivet).

O grupo de sindicatos instalou no dia 22

de setembro, no calçadão da Rua XV de Novembro, em Curitiba a “Barraca da Cidadania” e a ação foi encerrada dia 29 de outubro. Além de arrecadar assinaturas para o movimento “O Paraná Que Queremos”, a Barraca da Cidadania também arrecadou assinaturas para o abaixo-assinado promovido pelo Fórum Popular Contra o Pedágio, organização suprapartidária de defesa da cidadania e dos direitos constitucionais de liberdade e ir e vir. O Fórum pretende coletar 1,6 milhões de assinaturas para que o projeto de lei de iniciativa popular seja encaminhado ao Congresso Nacional.

De acordo com o presidente do Senge-PR, engenheiro civil Valter Fanini, apesar da reeleição da maioria dos deputados

envolvidos nos escândalos, a ação foi muito positiva. “Apoiamos o movimento “O Paraná que Queremos”, desde que ele surgiu e a aprovação da Lei da Transparência foi uma grande vitória da sociedade civil organizada. Procuramos fazer nossa parte e, com o apoio da população, pudemos colaborar para tentar livrar definitivamente o Paraná da corrupção”, destacou Fanini.

Resultado da coleta da “Barraca da Cidadania”

O Paraná Que Queremos	1.901
Fórum Popular Contra o Pedágio	1.186
Total	3.087

Felipe Pasqualini



“Barraca da Cidadania” arrecadou mais de 3 mil assinaturas para a campanha “Paraná que queremos” e Fórum Popular Contra o Pedágio

▣ Artigo

Nova era para os trabalhadores da Sadia em Chapecó

O diretor do Senge-PR, engenheiro eletricista **Antonio Cezar Quevedo Goulart**, acompanhou na cidade de Chapecó o difícil processo eleitoral das eleições do Sitracarnes, que resultou numa vitória histórica para os trabalhadores da Sadia

A direção do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Chapecó (Sitracarnes) era controlada pela Força Sindical e pela própria Sadia. A empresa tem uma estratégia de guerrilha para controlar os sindicatos. Antes mesmo de se instalar em determinada localidade, antes até de existir a planta industrial, um grupo de pessoas ligadas a empresa funda um sindicato. Quando começam as atividades, tudo já está sob controle, sem permitir que os trabalhadores se organizem. Além da importância política e econômica de Chapecó, o Sitracarnes sustentava muitas ações contra a classe trabalhadora e a suas organizações. Recentemente, apoiaram com força e violência a criação de um sindicato “pelego” na área de processamento de dados, abrangendo 135 municípios do oeste catarinense. Para constituir a chapa de oposição houve enorme dificuldade, pois o nível de pressão dentro da fábrica era intenso. Foi um trabalho lento, de caráter conspirativo, com algumas desistências no percurso, mas ao final, todos juntos conseguiram dar conta do trabalho.

Para construir a vitória da chapa de oposição, foi necessário um longo e árduo trabalho de preparação, organização e articulação, em grande parte pela capacidade dos companheiros da Consulta Popular e do MST de Chapecó. Durante este tempo, foram articuladas outras forças do Estado e até fora dele. No dia da eleição, estiveram presentes representantes da Intersindical da região de Campinas e Limeira, o Conlutas de Passo Fundo, da Consulta Popular do PR, companheiros sindicalistas de Blumenau e Florianópolis, membros da CUT, o MAB de Erechim, companheiros do MST e da CP de Chapecó, CUT e muitos militantes de outras organizações locais.

A fábrica, que possui 6 mil trabalhadores,

conta com pouco mais de mil sindicalizados. A maioria muito insatisfeita com o sindicato, pois o nível de exploração dos trabalhadores por parte da empresa é enorme. Durante nossas pesquisas informais conversamos com diversas pessoas com doença ocupacional, estresse, depressão, fadiga nas articulações, entre outras, ocasionadas pelo trabalho brutal que são submetidos.

O processo eleitoral do sindicato, há de se reconhecer, se deu em parte, graças a um “peitudo” promotor da Justiça do Trabalho, que sustentou de maneira firme, mesmo

“ O ambiente na frente da fábrica era tenso, com os dois “exércitos” se preparando para guerra ”

recebendo ameaças de morte, todo o processo eleitoral. A lista dos trabalhadores aptos a votar foi outra enorme batalha. A chapa da situação apresentou uma lista com aproximadamente 400 nomes e a de oposição apresentou uma lista com 950 nomes. Depois de muita discussão, chegou-se a uma lista de consenso, com 750 nomes.

Às vésperas da eleição, o ambiente na frente da fábrica era tenso, com os dois “exércitos” se preparando para guerra. De um lado homens enormes, sisudos, monoliticamente de laranja se perfilavam junto a escada da passarela que atravessava a avenida e dava acesso a fábrica. Do outro lado, uma massa colorida (não havia camiseta branca, “oficial”, para mais da metade do povo), animada, com a presença de muitas mulheres, disputando a simpatia de cada trabalhador que entrava ou saía da fábrica. Era nítida a simpatia dos trabalhadores pela chapa de oposição, numa proporção aproximada de seis para um.

Infelizmente, a grande maioria dos trabalhadores não é associados. Por isso, tínhamos pela compra de votos, fraude nas urnas e tantos outros “esquemas”.

Chegado o grande dia, 1º de setembro, sob a recomendação reiterada diversas vezes, de não aceitar provocações e evitar confusão de todas as maneiras, fomos para a entrada do sindicato, um dos locais de votação (aposentados e afastados) com tudo correndo tranquilamente. Fomos para a entrada fábrica e fizemos informalmente nova boca de urna, que confirmava a vitória da oposição.

Após a eleição, que aconteceu das 8 às 19 horas, nos dirigimos ao sindicato para acompanhar a votação. Após alguma confusão, a comissão eleitoral trouxe as duas urnas da fábrica, com direito a acompanhamento de viaturas policiais com sirene “aberta” e tudo mais.

Neste momento, com a presença da imprensa, começou a chegar muita gente, principalmente para o lado em que estávamos. Foi uma imagem interessante, dois contingentes de pessoas, separados por aproximadamente 70 metros, com fitas de sinalização, no meio a polícia militar, com grande efetivo (cavalaria, viaturas, cachorros), um verdadeiro cenário de batalha.

Por volta das 21h30min, começou uma chuva fina e o pessoal da chapa de situação começa a se desmobilizar. Nós continuamos firmes até às 23h, quando foi confirmado o resultado final: 489 para a chapa de oposição contra 216 da situação. Uma vitória inimaginável para muitos.

O desafio de fato vem agora. Os trabalhadores vitoriosos são combativos, mas sem experiência administrativa sindical. Por isso, vão precisar de muito apoio, dos movimentos sociais e de todo o movimento sindical organizado.



Agenda Sindical

□ Informações sobre o dia-a-dia e a atuação do Senge-PR

Acesse o site do Senge-PR e fique por dentro das novidades do seu Sindicato

O site na internet do Senge-PR traz informações relevantes para os engenheiros. Por meio do endereço www.senge-pr.org.br, você tem acesso as últimas notícias sobre a atuação do sindicato, vídeos, cursos, consulta de ações, preenchimento de ART, filiação, consulta de informações jurídicas, entre diversas outras facilidades. No site, é possível acessar edições anteriores dos jornais e revistas editadas pelo Senge-PR. Acesse o site em www.senge-pr.org.br, navegue, faça críticas e sugestões. Aproveite o espaço de comunicação com seu Sindicato.



Senge-PR realiza curso sobre Direitos Trabalhistas

O Senge-PR realiza nos dias 30 de novembro e 1.º de dezembro o curso Direito Trabalhista Para Engenheiros, que orientará os engenheiros e profissionais da engenharia sobre questões trabalhistas como acordo coletivo, estrutura do poder judiciário, da justiça do trabalho e tramitação processual e ações trabalhistas.

O curso, que será ministrado pelas assessoras jurídicas do Senge-PR, as advogadas Giani Cristina Amorim, Adriana Frazão da Silva e Melina Aguiar Rosa, será realizado na sede do Sindicato, na rua Marechal Deodoro, 630, 22.º andar, edifício Centro Comercial Itália. As inscrições são gratuitas. Visite o site do Senge-PR em www.senge-pr.org.br e se inscreva.

Engenheiros filiados ao Senge-PR conquistam vaga na AL

Os engenheiros agrônomos Rasca Rodrigues (PV), ex-diretor e ex-presidente do Senge-PR, e Augustinho Zucchi (PDT), foram eleitos deputados estaduais nas eleições realizadas em outubro. Ao todo, seis engenheiros filiados ao Senge-PR concorriam a vagas na Câmara Federal e Estadual, mas apenas os dois obtiveram os índices necessários para assegurar as vagas. Zucchi é filiado ao Senge-PR desde 1986, tem como base eleitoral a região de Pato Branco e foi eleito para o seu 5º mandato consecutivo, com mais de 70 mil votos. O engenheiro Rasca Rodrigues, filiado ao sindicato dos engenheiros desde 1987 foi eleito para o seu primeiro mandato na Assembleia, com quase 19 mil votos.

Fortaleça quem luta por você. Nas ARTs, marque o código

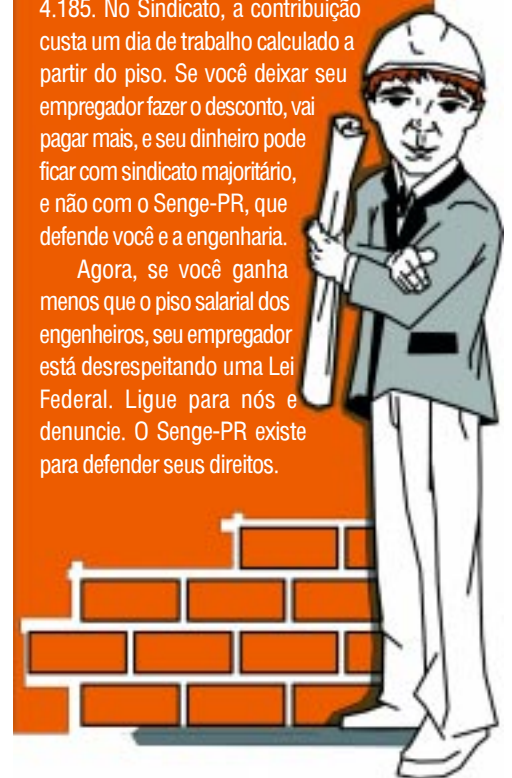


A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) é obrigatória em qualquer obra, atividade, projeto ou serviço de engenharia e agronomia. A taxa paga ao Crea-PR é dividida com a Mútua e a entidade de classe que você escolher. Se você anotar o código 201 nas suas ARTs, essa entidade é o Senge-PR. Assim, você ajuda a fortalecer o Sindicato que representa você e sua profissão, contribuindo com a manutenção de um trabalho que beneficia os engenheiros e a engenharia. Nas próximas ARTs, lembre-se: marque o código 201.

Contribuição Sindical

Pagar a contribuição sindical obrigatória diretamente para o Senge-PR pode custar menos pra você, engenheiro que ganha acima do piso salarial de R\$ 4.185. No Sindicato, a contribuição custa um dia de trabalho calculado a partir do piso. Se você deixar seu empregador fazer o desconto, vai pagar mais, e seu dinheiro pode ficar com sindicato majoritário, e não com o Senge-PR, que defende você e a engenharia.

Agora, se você ganha menos que o piso salarial dos engenheiros, seu empregador está desrespeitando uma Lei Federal. Ligue para nós e denuncie. O Senge-PR existe para defender seus direitos.



Investimento

X Dívida Pública

Porque não há dinheiro para investimentos públicos?



Entrevista: Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli: “Já não aguentamos pagar essa conta”

Páginas 7 a 9

Confira como foi o Seminário de Investimento Público

Evento nacional, realizado em Curitiba pelo Senge-PR, Fisenge e Dieese, reuniu especialistas e destacou a importância da retomada de investimentos públicos na área de infraestrutura para o país continuar seguindo seu ritmo de crescimento e contribuir para a redução da desigualdade social.

Páginas 10 e 11

